



## PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 043/2026

**DIEGO AUGUSTO DA ROSA PRETTO**, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, requero que seja encaminhado ao Executivo Municipal o presente Pedido de Informação, a fim de que este informe com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o fornecimento das seguintes informações:

1. Cópia digital dos relatórios e registros referentes às análises da qualidade da água para consumo humano do município relativos aos anos de 2024, 2025 e 2026 até a presente data;
2. Relatórios registrados no sistema VIGIAGUA/SISAGUA referentes ao monitoramento da qualidade da água no município;
3. Laudos laboratoriais das análises microbiológicas, físico-químicas e de potabilidade realizadas no período;
4. Resultados referentes aos parâmetros de cloro residual, turbidez, fluoretação e demais indicadores monitorados;
5. Relatórios de vigilância da qualidade da água elaborados pela Vigilância Sanitária Municipal;
6. Informações sobre eventuais inconformidades, notificações ou irregularidades identificadas no período solicitado, bem como as providências adotadas;
7. Relatórios de controle da qualidade da água realizados pela
8. Corsan no município;
9. Resultados encaminhados pela Corsan aos sistemas SISAGUA/VIGIAGUA;
10. Relação dos pontos de coleta utilizados para as análises e a periodicidade em que estas são realizadas.

### JUSTIFICATIVA

O presente Pedido de Informação tem por objetivo obter dados e documentos referentes à qualidade da água destinada ao consumo humano no município, especialmente no que se refere às análises e monitoramentos realizados nos últimos anos pelos órgãos de vigilância sanitária e pela Corsan.

A solicitação se faz necessária considerando a relevância do tema para a saúde pública, bem como a necessidade de garantir transparência e acesso às informações relacionadas ao abastecimento e à potabilidade da água fornecida à população. O acompanhamento dos dados registrados no VIGIAGUA/SISAGUA, assim como dos relatórios de controle realizados pela concessionária responsável, é fundamental para verificar a regularidade dos parâmetros exigidos pela legislação sanitária vigente.



Além disso, o acesso a tais informações possibilita o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, permitindo a análise das condições do sistema de abastecimento, das medidas adotadas em casos de inconformidades e da efetividade das ações de monitoramento e controle da qualidade da água.

Encantado, 07 de maio de 2026.

DIEGO AUGUSTO DA ROSA PRETTO  
Vereador PP